

# Diário do Legislativo de 12/06/2002

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

## LIDERANÇAS

### 1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO PROGRESSISTA (PMDB/PPS/PSD):

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líderes: José Henrique e Márcio Cunha

### 2) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Agostinho Silveira

Vice-Líder: Anderson Aauto

### 3) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Antônio Carlos Andrada

Vice-Líder: Kemil Kumaira

### 4) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Arlen Santiago

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

### 5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Costa

Vice-Líder: Alberto Bejani

### 6) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Jr

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

### 7) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

### 8) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Durval Ângelo

Vice-Líder: Edson Rezende

### 9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Miguel Martini

Vice-Líder: Elaine Matozinhos

10) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Antônio Andrade (PMDB)

Vice-Líderes: João Pinto Ribeiro (PTB), Gil Pereira (PPB) e Bené Guedes (PDT)

11) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Luiz Tadeu Leite (PMDB)

12) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Ermano Batista (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Eduardo PL      Presidente  
Brandão

Deputado Hely PSDB      Vice-Presidente  
Tarquínio

Deputado Sebastião PFL  
Navarro Vieira

Deputado Cristiano PTB  
Canêdo

Deputado Antônio BPDP  
Andrade

Deputado Sargento PDT  
Rodrigues

Deputado Rogério PT  
Correia

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho PL  
Silveira

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Luiz Tadeu BPDP  
Leite

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Adelmo PT  
Carneiro Leão

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marco PL Presidente  
Régis

Deputado Ailton PTB Vice-Presidente  
Vilela

Deputado Alberto PFL  
Bejani

Deputado João Leite PSB

Deputado Pinduca PPB  
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George PL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Miguel Martini PSB

Deputado Glycon Terra PPB  
Pinto

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Geraldo BPDP Presidente  
Rezende

Deputado Agostinho PL Vice-Presidente  
Silveira

Deputado Ermano PSDB  
Batista

Deputado Eduardo PFL  
Hermeto

Deputado Ailton PTB  
Vilela

Deputado Sávio BPDP  
Souza Cruz

Deputado Durval PT  
Ângelo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Tadeu BPDP  
Leite

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Antônio Carlos PSDB  
Andrada

Deputado Sebastião PFL

Costa

Deputado Fábio Avelar PTB

Deputado Márcio BDPD  
Kangussu

Deputado Edson Rezende PT

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria PT Presidente  
José Haueisen

Deputado João PL Vice-Presidente  
Paulo

Deputado Doutor BDPD  
Viana

Deputado Agostinho PTB  
Patrús

Deputado Bené PDT  
Guedes

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Anderson PL  
Aduino

Deputado Antônio BDPD  
Andrade

Deputado Ailton Vilela PTB

Deputado Marcelo PDT  
Gonçalves

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Márcio BDPD Presidente  
Kangussu

Deputado Marcelo PDT Vice-Presidente  
Gonçalves

Deputado Edson PT  
Rezende

Deputado Elbe PSDB  
Brandão

Deputado João Leite PSB

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana BDPD

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Antônio Carlos PSDB  
Andrada

Deputado Elaine PSB  
Matozinhos

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Antônio PSDB Vice-Presidente  
Carlos Andrada

Deputado José BDPD  
Henrique

Deputado João Pinto PTB  
Ribeiro

Deputado Dalmo PPB  
Ribeiro Silva

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião PFL  
Costa

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Jorge Eduardo BDPD  
de Oliveira

Deputado Cristiano PTB  
Canêdo

Deputado Glycon Terra PPB  
Pinto

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Mauro PSB Presidente  
Lobo

Deputado Ivair BDPD Vice-Presidente  
Nogueira

Deputado Anderson PL  
Adauto

Deputado Rêmolo PFL  
Aloise

Deputado Dilzon PTB  
Melo

Deputado Luiz PPB  
Fernando Faria

Deputado Antônio PSDB  
Carlos Andrada

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo PT  
Carneiro Leão

Deputado Antônio BDP  
Andrade

Deputado Eduardo PL  
Brandão

Deputado Sebastião PFL  
Navarro Vieira

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Kemil Kumaira PSDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José PL Presidente  
Milton

Deputado Fábio PTB Vice-Presidente  
Avelar

Deputado Antônio BDP  
Andrade

Deputado Miguel PSB  
Martini

Deputado Maria PT  
José Haueisen

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George PL

Deputado Agostinho PTB  
Patrús

Deputado Sávio Souza BDP  
Cruz

Deputado João Leite PSB

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PDT Presidente  
Batista de Oliveira

Deputado Chico BPDP Vice-Presidente  
Rafael

Deputado Jorge BPDP  
Eduardo de Oliveira

Deputado Kemil PSDB  
Kumaira

Deputado Paulo Piau PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Sávio Souza BPDP  
Cruz

Deputado Luiz Menezes BPDP

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Sebastião PFL  
Navarro Vieira

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dimas BPDP Presidente  
Rodrigues

Deputado Agostinho PTB Vice-Presidente  
Patrús

Deputado Elaine PSB  
Matozinhos

Deputado Antônio BPDP  
Genaro

Deputado Amilcar PSDB  
Martins

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique BPDP

Deputado Ailton Vilela PTB

Deputado Mauro Lobo PSB

Deputado Irani Barbosa BPDP

Deputado Maria Olívia PSDB

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Cristiano PTB Presidente  
Canêdo

Deputado José BDP Vice-Presidente  
Braga

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

Deputado Cabo PL  
Morais

Deputado Adelmo PT  
Carneiro Leão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho PTB  
Patrús

Deputado Jorge Eduardo BDP  
de Oliveira

Deputado Marcelo PDT  
Gonçalves

Deputado Marco Régis PL

Deputado Edson Rezende PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo PPB Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado Edson PT Vice-Presidente  
Rezende

Deputado Paulo PL  
Pettersen

Deputado Djalma PSDB  
Diniz

Deputado Luiz BDP  
Menezes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Adelino de PMN  
Carvalho

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Márcio BDP  
Kangussu

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS



Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Melo	Dilzon PTB	Presidente
Deputado Pinto	Bilac PFL	Vice-Presidente
Deputado Barbosa	Irani BPDP	
Deputado Pereira	Gil PPB	
Deputado Pinheiro	Dinis PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago	PTB
Deputado Rêmolo Aloise	PFL
Deputado Ivair Nogueira	BPDP
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PPB
Deputado Brandão	Eduardo PL

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIAE COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Olívia	Maria PSDB	Presidente
Deputado Pereira	Gil PPB	Vice-Presidente
Deputado Cunha	Márcio BPDP	
Deputado Pinto	Ambrósio PTB	
Deputado George	Pastor PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elbe Brandão	PSDB
Deputado Luiz Faria	Fernando PPB
Deputado José Braga	BPDP
Deputado Ribeiro	João Pinto PTB
Deputado Marco Régis	PL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 178ª Reunião Especial - Homenagear a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - pelo seu Cinquentenário de Fundação

1.2 - Reuniões de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 6 - RELATÓRIO

### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA 178ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 4/6/2002

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presenças - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Exibição de filmes - Palavras do Deputado Gil Pereira - Palavras do Sr. Guy Vilela - Entrega de placa - Apresentação musical - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados: Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Wanderley Ávila - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Bené Guedes - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dilton Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Fábio Avelar - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - João Paulo - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Marco Régis - Miguel Martini - Rêmoló Aloise - Sebastião Costa.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Eduardo Brandão, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O locutor (Sr. José Soares Júnior) - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Luís Márcio Ribeiro Vianna, Secretário da Comunicação Social, representando o Sr. Governador, Dr. Itamar Franco; Guy Vilela, Vice-Presidente da CEMIG, representando o Presidente, Sr. Djalma Moraes; Nicolau Elias Calfat, Secretário Adjunto da Secretaria da Indústria e Comércio, representando o Secretário Marcelo Prado; José Maria Gomes, Presidente da COHAB; Robson Andrade, Presidente da FIEMG; Míriam Pereira Esteves de Souza, Procuradora de Justiça, representando a família do Deputado Esteves Rodrigues; e o Deputado Gil Pereira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Registro de Presenças

O locutor - Registramos a presença do Sr. Antônio Sérgio Tonet, Procurador de Justiça do Ministério Público; do Sr. Alberto Luiz Santoro, Diretor-Geral do DETEL-MG; do Sr. Sérgio Menin Teixeira de Souza, Presidente do Conselho Empresarial de Ciência e Tecnologia, representante da Associação Comercial de Minas; do Sr. Caio Múcio Barbosa Pimenta, 1º Vice-Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros; do Sr. Lúcio

Gutierrez, Presidente da CUT-MG; do Sr. Paulo Damázio Trindade, presidente do INDI; do Sr. Murilo Araújo, Presidente do Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Minas Gerais; do Sr. Paulo Sizuo Waki, representando o Reitor José Carlos Goulart de Siqueira, da Universidade Federal de Itajubá; e do Sr. Darcy de Souza Filho, Procurador de Justiça do Ministério Público.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG -, pelo seu cinquentenário de fundação.

#### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Coral da GREMIG, sob a regência do maestro Luiz Flávio dos Santos, acompanhado pela pianista Júnia Vilela Bastos.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Luiz Márcio Ribeiro Vianna, Guy Villela, Nicolau Elias Calfat, José Maria Gomes, Robson Andrade, Deputado Gil Pereira, Diretores, Gerentes, empregados da CEMIG, e demais convidados, cabe a esta Presidência, na abertura desta reunião especial destinada a homenagear os 50 anos da CEMIG, na pessoa do seu ilustre Presidente, Dr. Djalma Moraes, atendendo a requerimento do nobre Deputado Gil Pereira, apoiado por vários outros Parlamentares, dar as boas-vindas desta Casa a todos os dirigentes, funcionários e amigos da CEMIG, grande patrimônio do povo mineiro.

Com essas palavras e os sinceros cumprimentos aos nossos homenageados, em nome desta Casa gostaria de expor algumas reflexões que o cinquentenário da CEMIG suscita dentro de nós, homens públicos.

Ainda no último trimestre do ano passado, vivíamos aqui, neste mesmo Plenário, dois momentos significativos ligados à história dessa Companhia.

O primeiro deles é de fundamental importância política e tem caráter histórico: no dia 29/10/2001, promulgamos a Emenda à Constituição nº 50, que estabelece critérios para a alienação de empresas controladas pelo Estado. Qualquer iniciativa nesse sentido, a partir de então, passa a depender da aprovação desta Casa, com o voto de pelo menos 48 Deputados, o que representa proteção para esse grande patrimônio do nosso Estado, que inclui a CEMIG, a COPASA e outras empresas estatais.

No mesmo ano, em 30 de novembro, tivemos a grata satisfação de outorgar ao Presidente Djalma Moraes o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais, exaltando, sobretudo, sua capacidade de resguardar a empresa das turbulências de conjuntura adversa no setor elétrico.

Quero com isso ressaltar a importância da integração entre os Poderes Legislativo e Executivo, na luta pela preservação do patrimônio público do Estado, construído ao longo de gerações, com a capacidade e o trabalho de nossa gente.

A parceria com o setor privado será sempre desejável em empreendimentos de grande porte, indispensáveis ao desenvolvimento econômico do Estado. No entanto, a transferência pura e simples, pelo Estado, do controle sobre empreendimentos em setores estratégicos, fere profundamente o interesse público e compromete o futuro do País.

Digo isso porque, antes da CEMIG, antes de Furnas, o capital privado dominava a exploração dos serviços de eletricidade do País. Foi o estadista Juscelino Kubitschek de Oliveira quem primeiro identificou esse conflito de interesses entre o monopólio privado no setor elétrico e os verdadeiros objetivos do desenvolvimento brasileiro.

Esse conflito entre a busca do lucro e a prestação de um serviço essencial à população e ao progresso do País tornou-se evidente, nos anos 40 e 50, pois as companhias estrangeiras não se dispunham a realizar os investimentos necessários ao crescimento econômico nacional.

Daí a importância do bilhete histórico que Juscelino, ao assumir o Governo de Minas Gerais, escreveu, em fevereiro de 1951, ao seu Secretário de Viação e Obras Públicas, José Esteves Rodrigues, cujo texto é o seguinte: "O nosso esforço de industrialização se firmará somente quando estivermos em condições de garantir, por largo prazo, um suprimento abundante de energia".

Ali nascia a semente da CEMIG. De fato, logo após sua fundação, em 1952, grandes indústrias começaram a se implantar em Minas, como a Mannesmann, em 1954, a USIMINAS, em 1956, e muitas outras, num rápido processo da industrialização mineira.

Juscelino tinha razão, pois hoje as indústrias consomem 60% da energia elétrica da CEMIG, enquanto os consumidores residenciais atingem 20%, sendo o restante distribuído entre os consumidores comerciais e rurais.

A comemoração dos 50 anos da CEMIG é, assim, uma festa de todos os mineiros. Dezesete milhões de pessoas "não vivem sem a sua companhia", como bem lembra a publicidade.

Classificada hoje no grupo seletivo das 312 melhores empresas do mundo, a CEMIG prossegue sua trajetória ascendente, atuando de forma eficiente, competitiva e socialmente responsável.

Nos 50 anos da CEMIG, o brilho do passado e o do presente se unem para projetar um futuro de grandeza, de competência e, sobretudo, de prestação eficiente de um serviço essencial à população do Estado e ao desenvolvimento mineiro. Muito obrigado.

#### Exibição de Filmes

O locutor - Neste momento, serão exibidos dois filmes comemorativos do cinquentenário da CEMIG.

- Procede-se à exibição dos filmes.

Exmos. Srs. Deputado Alberto Pinto Coelho, Luís Márcio Ribeiro Vianna, Guy Vilela, Nicolau Elias Calfat, José Maria Gomes; Robson Andrade, Miriam Pereira Esteves de Souza, Diretores, Gerentes, empregados da CEMIG, minhas senhoras e meus senhores, o Governador Itamar Franco mais uma vez afirmou-se perante o povo brasileiro, ao assumir a defesa intransigente do patrimônio de nosso Estado. Opondo-se firmemente à privatização indiscriminada que o Governo Federal vem patrocinando, ele questionou a venda de parte do capital da CEMIG, e a justiça lhe deu ganho de causa, ao devolver ao povo mineiro o controle da empresa. Entende o Dr. Itamar - e entendemos todos nós, cidadãos conscientes - que existem setores estratégicos, envolvendo a própria segurança nacional, os quais devem ser controlados pelos poderes públicos. Ocorre que um desses setores, sem dúvida alguma, é o da geração e distribuição de energia.

Pois aí estão, senhoras e senhores, os pressupostos que nos ocorrem ao prestar esta homenagem à CEMIG, ao ensejo de seu cinquentenário de fundação. Tivemos a honra de encabeçar o requerimento, unanimemente aprovado pela Assembléia, para homenagear a organização-modelo. Um pouco antes, tivéramos o privilégio de aqui distinguir o Dr. Djalma Bastos de Moraes, seu Presidente. E as duas iniciativas se fundem na mesma motivação e num só propósito, compartilhados com o povo que representamos nesta Casa: comemorar as conquistas e reconhecer os méritos da companhia energética de Minas Gerais, aquela que se intitula, com justiça, a geradora da melhor energia do Brasil.

A história de nossa homenageada já é conhecida e constitui um dos orgulhos da gente mineira. Nascida da visão de Juscelino Kubitschek de Oliveira, a grande obra veio para ficar, demonstrando que JK era um homem além de sua época. Seu lema era o binômio "Energia e Transporte": raciocinava ele que, sem esses instrumentos, não se processaria o desenvolvimento socioeconômico, e que o parque industrial não poderia ser implantado sem abastecimento energético adequado. Foram os axiomas que levaram à fundação da CEMIG, suficientes para que Juscelino angariasse a aprovação irrestrita de mineiros e brasileiros. E foi assim que a CEMIG se fez e cresceu, sempre sob a inspiração genial do grande diamantinense.

Temos em mãos, agora mesmo, sugestiva publicação de nossa homenageada, onde bem se lembram os feitos de JK. Em feliz achado, substituí a letra do "Peixe Vivo" - essa pequena jóia do cancionero de Diamantina - por algumas quadrinhas, entre elas esta que vamos ler com emoção: "Juscelino está no céu/ Mas a sua energia/ Continua, há 50 anos,/ Brilhando em nossa companhia".

Ao associar a energia produzida pela CEMIG ao vigor e otimismo de Juscelino, lembra que ele, orgulhoso e feliz, inaugurava em 1952 aquela que se tornou a maior empresa integrada de energia do País. Acontece que o objetivo inicial se diversificou: ela hoje atua no campo da tecnologia, do gás natural, da energia eólica, da energia solar e da transmissão de dados por via de fibra ótica. Gera milhares de empregos e recolhe milhões em tributos, bem como - confirmando a preocupação social - desenvolve projetos como o Luz de Minas e o Lumiar, caminhando para disponibilizar a energia para a totalidade de nossa população. Por outro lado, não se esquece da ecologia, ao proteger a fauna e a flora; ao promover a limpeza dos rios, lagos, reservatórios e nascentes; ao incrementar a piscicultura e ao levar adiante projetos como o da Estação Ambiental de Machado Mineiro, no Norte de Minas.

A CEMIG em números é outro ângulo que não podemos deixar de enfocar, tal a sua magnitude. Se não, vejamos: a empresa atende a 17 milhões de consumidores; beneficia 774 municípios; e seu mercado consumidor equivale a 35.000.000mW por hora; sua capacidade instalada é de 5.675mW; seu sistema de distribuição tem 322.762Km de extensão; seu sistema de transmissão se estende por 21.088Km; tem 46 usinas em operação, 12 outras estão em construção.

Suas estações ambientais são hoje sete; os investimentos para 2002 somam R\$1.100.000.000,00; é a número um, em termos de eficiência, entre as geradoras de energia; os investimentos programados até 2005 somam R\$4.000.000.000,00, o que aumentará a geração de energia em 20% em relação à capacidade atual. Sua subsidiária GASMIG é a terceira maior distribuidora de gás para veículos do País, tendo faturado, no ano passado, R\$115.000.000,00 com a venda de um 1.000.000m<sup>3</sup> de gás; sua subsidiária Infovias, hoje controlada em 100% pelo Estado, já investiu cerca de R\$120.000.000,00 na construção de rede de cabos de fibra ótica, cobrindo extensão de 3.700Km; a empresa tem 120 mil acionistas, e suas ações são cotadas nas principais bolsas de valores do mundo; em setembro próximo, estará consolidando a implantação da Efficientia - Empresa de Serviços de Conservação de Energia, para o desenvolvimento de projetos na área de eficiência e soluções energéticas; sua rede de distribuição é a maior da América Latina; em termos de pessoal, dá emprego direto a 11.362 profissionais, sendo que a admissão é feita prioritariamente por concurso público; a empresa nunca deixou de investir em programas culturais dinâmicos e abrangentes, nos campos do cinema, teatro, dança, música, literatura e artes plásticas.

São esses, senhoras e senhores, alguns dados colhidos aleatoriamente e ao sabor do entusiasmo, ratificando que a Companhia Energética de Minas Gerais se transformou em tudo aquilo que JK para ela pretendia. Naquele já distante dia 22/5/52, Juscelino tinha em mente, ao criar a organização, fazê-la uma peça maior na engrenagem do desenvolvimento. Acontece que a criatura não desapontou o criador: aí está a CEMIG, crescendo sempre ao lado do povo mineiro, e contribuindo decisivamente para o engrandecimento do País. Pois para tanto - seria injustiça não reconhecê-lo - ela dispõe de amigos e aliados do porte do Governador Itamar Franco.

Muito a propósito, cabe aqui um paralelo entre os dois Presidentes a quem a CEMIG tanto deve: Juscelino Kubitschek de Oliveira a fundou e lançou as bases para o futuro; e Itamar Franco a salvou, impedindo que a realidade pujante viesse a cair em mãos estranhas. E no processo de salvação - tal como no de criação - orgulha-nos assinalar que a Assembléia mineira teve papel de relevo, ao fazer tramitar a Proposta de Emenda à Constituição nº 50. Parabéns, portanto, Governador Itamar Franco, por sua dimensão de estadista que o iguala a JK. E parabéns, igualmente, por seu acerto ao indicar o Dr. Djalma Bastos de Moraes - esse extraordinário protótipo de administrador e homem público - para a Presidência da empresa. Porque nunca é demais assinalar que o Dr. Djalma vem atuando com extraordinária proficiência neste momento cheio de desafios.

Particularmente, como representante do povo do Norte de Minas e vale do Jequitinhonha nesta Casa, não poderíamos terminar nossas palavras sem uma referência à Hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitschek, a Usina de Irapé. Foi o próprio Governador Itamar Franco quem afirmou: "Estamos no Séc. XXI, e Minas Gerais ainda tem, lamentavelmente, regiões não servidas de energia elétrica. Por isso é preciso a presença do poder público, porque aqueles que só visam ao lucro não vão às cidades mais afastadas". O nosso Governador mostrou ao País que a verdadeira igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida em que se desigualem. É o caso, senhoras e senhores, das sofridas regiões do Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri: apesar de seu povo trabalhador e patriota, elas se ressentem da natureza adversa e, em boa parte, ficaram até agora à margem do progresso. Pois, sem repetir o óbvio, Irapé representa a definitiva redenção de grande parte do território mineiro. Ao levar a energia, a Usina está levando concretas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico para aquelas vastidões.

Nossas últimas palavras são para agradecer e felicitar. Os agradecimentos, nós os fazemos em nome do povo mineiro ao Governador Itamar Franco, à sua valorosa equipe de colaboradores, ao Dr. Djalma Bastos de Moraes, aos demais Diretores e a todos os funcionários da CEMIG. Afinal, foram eles que nos devolveram, preservaram e continuam desenvolvendo a empresa. As felicitações, nós as dirigimos a esse mesmo povo que representamos nesta Casa: parabéns, mineiros, por contarem, em seu acervo de realizações, com uma obra como a Companhia Energética de Minas Gerais. Muito obrigado.

Exmos. Srs. Deputado Alberto Pinto Coelho, Luís Márcio Ribeiro Vianna, Nicolau Elias Calfat, Míriam Pereira Esteves de Souza, Robson Andrade, José Maria Gomes; Deputado Gil Pereira, sempre presente, junto da CEMIG, liderando, sendo um dos Deputados que mais se tem destacado no apoio à nossa empresa; meus companheiros de diretoria da CEMIG, Starling, Cristiano, Elmar e Aluísio; companheiros de trabalho, autoridades, senhores e senhoras, como Vice-Presidente da CEMIG coube-me a elevada distinção de representar nosso Presidente, Dr. Djalma Bastos de Moraes, que, por motivo de força maior, não pôde estar nesta solenidade, conforme teve oportunidade, ainda ontem, de, pessoalmente, informar ao Presidente desta Casa, Deputado Antônio Júlio.

Ainda sob a emoção das palavras de saudação à CEMIG, proferidas pelos Deputados Alberto Pinto Coelho e Gil Pereira, peço permissão para ler o discurso preparado pelo Dr. Moraes para este momento. (- Lê:)

"Em primeiro lugar, gostaria de expressar a minha felicidade e orgulho por estar nesta Casa, que recentemente me agraciou com o título de Cidadão de Minas Gerais, representando a Diretoria e os empregados da CEMIG, na homenagem que estão prestando a nossa Empresa, pela passagem de seus 50 anos. Em particular, quero agradecer ao Deputado Gil Pereira, autor da iniciativa de homenagear a nossa CEMIG, quando completa meio século de serviços prestados a Minas Gerais. Sinto-me à vontade para falar da importância desta solenidade, pelos laços que a CEMIG sempre teve com o meio político, a começar pelo fato de ter sido criada por Juscelino Kubitschek, um dos maiores nomes da política nacional, e em especial com os Deputados que compõem os quadros desta Assembléia.

A CEMIG, reconhecida no Brasil e exterior por seu alto padrão técnico, nunca deixou de ter uma visão política e de trabalhar em sintonia com o meio político e a sociedade de Minas. Nas grandes transformações que viveu ao longo de seus 50 anos, sempre contou com o apoio da Assembléia Legislativa de Minas.

Por aqui passaram e foram aprovados dezenas de projetos que viabilizaram a construção de usinas, programas de eletrificação e outras ações sempre voltadas para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado.

Sem o apoio dos senhores Deputados de Minas, a CEMIG não teria como comemorar, no ano de seu cinquentenário, índices de atendimento de Primeiro Mundo, como o de quase 100% de eletrificação urbana e mais de 80% na área rural.

Não foi tarefa fácil chegar a esses índices, principalmente se levarmos em conta a grande extensão territorial da nossa área de concessão, do tamanho de um país do porte da França, com montanhas e serras, e condições econômicas regionais não equalizadas de sua população.

Mas há uma feliz coincidência no fato de a CEMIG ser homenageada pelos Deputados desta legislatura, uma vez que algumas das mais importantes ações desenvolvidas por esta Casa, que influenciaram definitivamente o futuro da empresa, foram tomadas nesses últimos três anos.

Primeiro, a instauração da CPI para discutir a venda de 33% das ações da CEMIG para os sócios estrangeiros. As conclusões dessa CPI serviram de base para o Governador Itamar Franco fundamentar a ação que moveu, na justiça, contra os sócios estrangeiros, para reaver o controle efetivo e de direito da empresa.

Com essa ação na Justiça, o Governador conseguiu retomar o controle da CEMIG e redirecionar o seu rumo.

Mais recentemente, a Assembléia aprovou proposta de emenda à Constituição, enviada pelo Governador Itamar Franco, para definir regras claras no caso de futuros governantes de Minas desejarem privatizar a CEMIG e a COPASA.

Deixando de lado divergências partidárias, que fazem parte do processo democrático, os Srs. Deputados aprovaram a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, reconhecendo a importância da CEMIG para o Estado. Assim, somente com o referendo da população, será possível vender o controle da nossa Companhia Energética.

Se Juscelino Kubitschek entrou para a história por criar a CEMIG, auxiliado por equipe de renomados brasileiros, o Governador Itamar Franco e os Deputados desta legislatura também passam a fazer parte da história da empresa.

Não escondo a emoção de presidir a CEMIG no ano do seu cinquentenário. Tenham a certeza de que a direção da CEMIG tem trabalhado para manter a tradição da empresa, de ser um dos agentes do desenvolvimento de Minas Gerais.

Cumprindo determinação do Governador Itamar Franco, nos empenhamos, desde o início desta gestão, para recolocar a CEMIG em seu verdadeiro rumo.

Ser uma empresa voltada para o social, comprometida com obras necessárias para garantir o suprimento de sua área de concessão, onde são atendidos 17 milhões de pessoas.

Assim, mesmo com toda a crise que estamos vivendo, temos orgulho de afirmar que a CEMIG é a empresa do País com maior número de projetos de usinas geradoras de energia elétrica em implantação.

No momento, a CEMIG está trabalhando no projeto de 13 novas usinas de geração hidro e termoeletricas, que representam investimentos de mais de três bilhões de reais, sem contar a criação de cerca de 50 mil empregos diretos e indiretos.

Acabamos de concluir as obras da hidrelétrica de Porto Estrela e temos outros seis empreendimentos em andamento: Aimorés; Térmica Barreiro; Pai Joaquim; Funil; Irapé e Queimado.

Todos esses empreendimentos são de grande importância para Minas Gerais. Vão garantir energia para o nosso mercado. É a nossa colaboração para que o País não enfrente uma nova crise energética.

Entretanto, desses projetos, um merece maior destaque. Trata-se da Hidrelétrica de Irapé, agora denominada Usina Presidente Juscelino Kubitschek. Irapé começa a ser construída no ano do cinquentenário da CEMIG e do centenário de nascimento de JK.

Também no processo de implantação de Irapé, a Assembléia Legislativa de Minas teve participação fundamental. Compreendendo a importância deste projeto para o desenvolvimento do Jequitinhonha, os Srs. Deputados aprovaram, nesta legislatura, autorização para que o Governo de Minas participasse do empreendimento com quase R\$100.000.000,00, em moeda atualizada.

Não fosse essa participação do Governo de Minas, Irapé não teria como ser implantada. O providencial aporte do Estado viabilizou economicamente o projeto da Usina JK, seguramente a maior obra de toda a história do Jequitinhonha. Mais uma vez, fica demonstrada, portanto, a importância do trabalho desta Assembléia. A CEMIG, como empresa prestadora de serviço público, controlada pelo Governo de Minas, deve sempre estar em sintonia com os Deputados mineiros. Reconhecemos a importância do esforço dos Srs. Deputados, cumprindo a missão de legislar e de fiscalizar, sempre tendo como objetivo final o desenvolvimento de Minas.

A nós, que temos a honra de presidir esta grande empresa, cabe a responsabilidade de manter a tradição iniciada por Lucas Lopes, Cândido Holanda, Celso Mello de Azevedo, Camilo Penna, Mário Bhering, Francisco Noronha e tantos outros grandes homens que construíram a história da CEMIG, tomando a responsabilidade de fazê-la cada vez mais forte e eficiente.

Não se trata de tarefa fácil, mas temos o orgulho e a satisfação de cumpri-la. Deixo meu abraço e minha gratidão a todos os Srs. Deputados que estão nos prestando esta importante homenagem, e gostaria de estendê-la a cada um dos nossos mais de 11 mil empregados e a outros quase 45 mil servidores que passaram pela CEMIG, nos seus 50 anos de existência. Desta homenagem deve ainda participar toda a sociedade de Minas, que acompanhou, passo a passo, o crescimento da CEMIG.

Entendo-a, também, ao Governador Itamar Franco, que, desde o seu primeiro dia de governo, apresentou-se como um incansável defensor dos interesses da CEMIG.

Nada mais justo que citar, aqui, o conceito criado para comemorar os 50 anos da empresa, para finalizar as minhas palavras nesta solenidade: "A melhor energia da CEMIG é a energia da nossa gente". Gente que se encontra nesta platéia, nas atividades comerciais e industriais, no meio rural, enfim, em todas as mais de 5.500 localidades onde a energia da CEMIG chega para promover conforto e desenvolvimento. Gente que a CEMIG tem prazer e alegria em atender. Muito obrigado a todos.

#### Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Sr. Presidente fará a entrega ao Sr. Guy Villela de placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "A homenagem do Poder Legislativo Estadual à Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, que, historicamente, comprometida com o progresso e o desenvolvimento de Minas, vem conduzindo, há 50 anos, uma estratégia de expansão do seu parque gerador para proporcionar melhor qualidade de vida a todos os mineiros."

O Sr. Presidente - Esta Presidência convida o ilustre Deputado Gil Pereira para participar deste ato.

- Procede-se à entrega da placa.

#### Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Coral GREMIG, que interpretará as músicas "Peixe Vivo", "Poema da Criação" e "Oh! Minas Gerais", acompanhado pela pianista Júnia Vilela Bastos. Antecipadamente, manifestamos os nossos agradecimentos.

- Procede-se à apresentação do coral.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 5, às 9 horas, e para a especial, na mesma data, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A Proposta de Emenda à Constituição nº 87/2002

Às dezesseis horas e cinco minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Anderson Aduino, Elaine Matozinhos, Rogério Correia, Márcio Cunha e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Anderson Aduino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar requerimento da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão nas cidades que menciona para se discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 87/2002 e os projetos que tratam da segurança pública e de fundos e que e de certa forma estejam relacionados com a referida proposição. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2002.

Anderson Aduino, Presidente - Elaine Matozinhos - Rogério Correia.

#### ATA DA 19ª REUNIÃO Ordinária da CPI das Carvoarias

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia quatro de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Dalmo Ribeiro Silva, Fábio Avelar e Marco Régis, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a estabelecer diretrizes para elaboração do relatório final. O Presidente informa também que será realizada visita à empresa Mannesmann na próxima sexta-feira, dia 7 de junho, e que, como o prazo dos trabalhos da Comissão se encerra em 13 de junho, fica marcada para a próxima reunião ordinária a apreciação do relatório final. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2002.

## ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 367ª reunião ordinária, EM 12/6/2002

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 62/2001, do Deputado Cabo Morais, que altera o art. 39 da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 68/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 44/2000, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 239 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido no 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.024/2002, da Mesa da Assembléia, que altera a redação dos arts. 101 e 102 do Regimento Interno, instituindo a Comissão de Segurança Pública. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.939/2002, do Governador do Estado, que dispõe sobre a efetivação do desmembramento patrimonial do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, de que trata o art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.979/2002, do Deputado Durval Ângelo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 799/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável no Estado. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.871/2001, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 113ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 12/6/2002

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, a gravíssima situação de insegurança da população do Município de Itaobim e região, em virtude da existência de rede de tráfico de drogas e da exploração sexual infantil, bem como apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.387/2002, do Deputado Paulo Pettersen; 3.391/2002, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 3.393/2002, da Deputada Elaine Matozinhos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 90ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 12/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.123/2002, da Deputada Elaine Matozinhos.

Requerimentos nºs 3.386/2002, do Deputado Geraldo Rezende; e 3.394/2002, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira.

Finalidade: debater a greve dos professores da rede pública estadual.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 86ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10h30min do dia 12/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 2.161/2002, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.205/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.232/2000, do Deputado Bené Guedes; 1.588/2001, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.679/2001, do Deputado Arlen Santiago; 1.766/2001, do Deputado Agostinho Silveira; 1.934/2002, do Governador do Estado; 1.938/2002, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.449/2001, do Deputado Sávio Souza Cruz; 1.876/2001, do Deputado Luiz Fernando Faria; 1.981/2002, do Deputado Durval Ângelo; 1.886/2001, do Deputado Adelmo Carneiro Leão e da Deputada Maria José Haueisen; 1.987/2002, do Deputado Eduardo Brandão; 1.936/2002, do Governador do Estado; 1.951/2002, do Deputado Gil Pereira; 1.970/2002, do Governador do Estado; 2.007/2002, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.090/2002, do Deputado Marcelo Gonçalves; 2.093/2002, do Deputado Edson Rezende; 2.122/2002, do Deputado Djalma Diniz; Projetos de Lei Complementar nºs 45/2001, do Deputado Geraldo Rezende; e 49/2001, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 92ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14h30min do dia 12/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.148/2002, do Tribunal de Justiça.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.865/2001, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.071/2000, da Deputada Maria Olívia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



Ordem do dia da 98ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 12/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.265/2000, do Deputado Ambrósio Pinto; 2.050/2002, do Deputado Cabo Morais; 2.098/2002, do Deputado Edson Rezende.

Discussão e Votação de Pareceres sobre Proposições que estão sujeitas á apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.385/2002, do Deputado Geraldo Rezende; 3.403/2002, da Deputada Maria Olívia.

Finalidade: obter esclarecimentos sobre o estado de conservação e a segurança da linha férrea - para transporte de passageiros -, no trecho que liga os Municípios de Varginha e Três Corações, e sobre as demais linhas do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 86ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 12/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 782/99, do Deputado Bené Guedes.

Finalidade: debater o Projeto de Lei nº 1.974/2002, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 85ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 13/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### Edital de Convocação

#### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 12 de junho de 2002, destinada à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 44/2000, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 239 da Constituição do Estado; 62/2001, do Deputado Cabo Morais, que altera o art. 39 da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; 68/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado; do Projeto de Resolução nº 2.024/2002, da Mesa da Assembléia, que altera a redação dos arts. 101 e 102 do Regimento Interno, instituindo a Comissão de Segurança Pública; dos Projetos de Lei nºs 1.939/2002, do Governador do Estado, que dispõe sobre a efetivação do desmembramento patrimonial do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, de que trata o art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado e dá outras providências; 1.979/2002, do Deputado Durval Ângelo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tocantins o imóvel que especifica; 799/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável no Estado, e 1.871/2001, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 11 de junho de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 87/2002

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elaine Matozinhos, os Deputados Rogério Correia, Márcio Cunha e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/6/2002, às 9 horas, na Câmara Municipal de Governador Valadares, com a finalidade de debater a Proposta de Emenda à Constituição 87/2002 e os demais projetos relacionados com o tema.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2002.

Anderson Aauto, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 87/2002

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elaine Matozinhos, os Deputados Rogério Correia, Márcio Cunha e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/6/2002, às 9 horas, na Câmara Municipal de Uberaba, com a finalidade de debater a Proposta de Emenda à Constituição 87/2002 e os demais projetos relacionados com o tema.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2002.

Anderson Aauto, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.071/2000

Comissão de Administração Pública

Relatório

De iniciativa da Deputada Maria Olívia, o projeto de lei ora analisado pretende dar a denominação de Deputado José Aldo dos Santos ao aeroporto situado no Município de Oliveira.

Tendo sido a matéria submetida, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça, que não detectou impedimento legal à sua normal tramitação, deve este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 102, I, c/c o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

Político, engenheiro agrônomo e empresário, José Aldo dos Santos nasceu em São Tiago, elegendo-se Deputado Federal em 1990.

Conforme é de domínio público na região, notabilizou-se pela dedicação e pelo espírito comunitário com que exerceu o seu mandato legislativo.

De fato, esse cidadão, falecido em 1994, num trágico acidente automobilístico, foi um grande líder, principalmente por defender os interesses de Oliveira e priorizar a construção do aeroporto do município, obra que trouxe grande desenvolvimento socioeconômico para a cidade.

Releva salientar que a iniciativa encerrada no projeto se nos afigura meritória, porquanto o seu objetivo é prestar justa homenagem a esse saudoso homem público.

Conclusão

Em vista do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.071/2000 na forma proposta.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2002.

Eduardo Brandão, Presidente - Hely Tarquínio, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.117/2002

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O Deputado Doutor Viana, por meio do Projeto de Lei nº 2.117/2002, pretende seja declarado de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede no Município de Carlos Chagas.

Examinada a matéria preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e apresentou-lhe a Emenda nº 1. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

## Fundamentação

O Asilo São Vicente de Paulo busca proteger a saúde do idoso e, por meio da prática da caridade, o ampara e o integra na sua família. Possui também como finalidade o combate à pobreza, por meio de doativos de alimentação e agasalhos, e a promoção de ações comunitárias de saúde.

Visando fortalecer suas iniciativas, firma convênios com órgãos e entidades para atender aos moradores da região em suas principais necessidades.

Pela relevância do trabalho que a entidade realiza, ela se torna merecedora do título declaratório de utilidade pública.

## Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.117/2002 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2002.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

## Parecer para o 2º turno do Projeto de Resolução Nº 2.024/2002

### Mesa da Assembléia

#### Relatório

De autoria da Mesa da Assembléia, o projeto de resolução em epígrafe altera a redação dos arts. 101 e 102 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, instituindo a Comissão de Segurança Pública.

A proposição foi aprovada no 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, cabendo à Mesa da Assembléia emitir parecer para o 2º turno, conforme dispõe o art. 195, c/c o art. 79, inciso VIII, alínea "a", do Regimento Interno.

Segue anexa a redação do vencido, que integra este parecer

## Fundamentação

A proposição objetiva instituir a Comissão de Segurança Pública como órgão permanente da Casa, competindo-lhe tratar das seguintes matérias: política de segurança pública, política de combate ao crime organizado, política carcerária, política de recuperação e de reintegração social de egressos do sistema prisional e defesa civil.

Nesta oportunidade, ratificamos o entendimento que deixamos consignado quando da emissão do parecer para o 1º turno e que, numa síntese apertada, salientava o fato de que as questões atinentes à segurança pública estão a demandar atenção especial dos Poderes constituídos, sobretudo em face dos elevadíssimos índices de criminalidade, que trazem intranquilidade e insegurança à população. Nesse sentido, o efetivo engajamento deste parlamento na busca da superação deste grave problema passa necessariamente pela criação de uma comissão permanente voltada especificamente para o trato das questões relativas à segurança pública.

Aproveitamos o ensejo para apresentar duas emendas corretivas de impropriedade técnica, qual seja a ausência das cláusulas de vigência e de revogação.

## Conclusão

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2.024/2002 na forma do vencido no 1º turno com as seguintes Emendas nºs 1 e 2.

### Emenda nº1

Acrescente-se o seguinte art. 3º:

"Art. 3º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação."

### Emenda nº2

Acrescente-se o seguinte art. 4º:

"Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário."

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 11 de junho de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Mauri Torres, relator - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

Redação do Vencido no 1º Turno

Projeto de Resolução nº 2.024/2002

Altera a redação dos arts. 101 e 102 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, instituindo a Comissão de Segurança Pública.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º- O art. 101 do Regimento Interno fica acrescido do seguinte inciso XV:

"Art. 101-....

XV- de Segurança Pública".

Art. 2º- O art. 102 do Regimento Interno fica acrescido do seguinte inciso XV, revogando-se a alínea "d" do inciso V do referido artigo:

"Art. 102-....

XV- da Comissão de Segurança Pública:

- a) a política de segurança pública;
- b) a política de combate ao crime organizado;
- c) a política carcerária;
- d) a política de recuperação e de reintegração social de egressos do sistema prisional;
- e) a defesa civil."

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 364ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 5/6/2002

O Deputado Arlen Santiago\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público das galerias, queremos abordar alguns temas. Um deles é um lembrete para o nosso Governador Itamar Franco. Foi feito um acordo entre a CEMIG, o INCRA e o Governo do Estado, através do ITER, para um plano de iluminação para atender aos assentamentos rurais. São três fontes de recursos: R\$1.300,00 da CEMIG - por residência -, R\$1.300.000,00 do Governo do Estado e R\$2.200.000,00 do INCRA. O dinheiro do INCRA já está depositado na conta da CEMIG, que está pronta para executar o orçamento para o fim de ano de 2001, e já temos outro convênio assinado para a mesma ação referente ao ano de 2002. Infelizmente, o ITER ainda não conseguiu cumprir o seu compromisso de colocar R\$1.300.000,00 para 2001 e R\$1.200.000,00 para 2002, que beneficiarão, com eletrificação rural totalmente de graça, os assentados de Minas Gerais.

Estamos encaminhando correspondência ao Governador a fim de que dê prioridade, apesar das dificuldades de caixa do Estado, a esse programa extremamente útil para as pessoas que ali serão assentadas e que praticamente nada têm na vida.

Hoje conversei com o Presidente do ITER, Marcelo Rezende, com vistas a se aproveitar os 5% do lucro da CEMIG que devem ser aplicados em projetos sociais. Ressalto que a CEMIG apresentou bom lucro no ano passado, que girou em torno de R\$20.000.000,00, R\$30.000.000,00 ou R\$40.000.000,00, e precisamos de R\$2.500.000,00 para esse programa de eletrificação rural.

Gostaria de falar ainda a respeito da cidade de Rio Pardo de Minas, que está passando por verdadeira revolução: numerosas forças políticas estão se unindo em prol do seu desenvolvimento. Hoje tivemos a grata satisfação de saber que o Governador Itamar Franco, por meio da COPASA, começou a fazer a primeira rede de esgotos da cidade, com recursos da ordem de R\$700.000,00, provenientes da parceria entre a Câmara e a Prefeitura Municipal. Além disso, o Governador deu a ordem de início da construção da Escola Marlene Carmo - reivindicação de 25 anos da população local. Vários Prefeitos tentaram, inclusive a Dona Raimunda, o próprio Edson e o Dr. Orlando, e não conseguiram. Agora, felizmente, o Secretário Murílio Hingel deu a ordem de início, e essa obra de mais de R\$700.000,00 começa na próxima segunda-feira.

Foi também firmado convênio com a CEMIG para a eletrificação de 360 residências na cidade que, mesmo no século XXI, não tinham luz elétrica. A Prefeitura já pagou três parcelas desse convênio, e as obras se iniciarão no mês de julho e terminarão em setembro.

A COPASA perfurou três poços artesianos, equipou mais três, e há previsão de mais cinco pela CODEVASF. Já foram assinados convênios de eletrificação rural em 1.700 residências, para que a CEMIG entre com os seus R\$1.300,00, a Prefeitura, aproximadamente com 30% do valor da obra, e o beneficiário, com 20%, divididos em 36 parcelas.

Quero colocar para Minas Gerais e para o Plenário o sucesso de uma administração que está conseguindo atender à população. As igrejas evangélica e católica, por meio do Padre Ivan, e outros grupos comunitários, junto com o Prefeito Edson, a D. Raimunda, a Secretária de Educação Antonina, o Secretário Léo Silveira e o Donizeti têm tido comportamento exemplar na busca desses recursos sem falar da parceria da Câmara Municipal, chefiada pelo seu competente Presidente, e dos Vereadores, como a Beta, o Jorginho, o Gera, o Niltinho, o Paulinho, o Péricles e todos os outros que estão desempenhando um trabalho muito bom naquela cidade.

Reiteramos o que foi dito em nome da Liderança do PTB no início da manhã. Os Deputados do PTB já estão prontos para votar o projeto da Defensoria Pública positivamente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados e amigos que nos visitam, falarei a respeito do Projeto de Lei Complementar nº 50. Sabei hoje no jornal tão respeitado "Estado de Minas" matéria que contradiz o que foi publicado há três semanas. Foi assinada pelo Conselho

Nacional de Trânsito a Resolução nº 136, que diz claramente que as multas de trânsito teriam o valor máximo de R\$196,00. Ontem, o CONTRAN emitiu nota dizendo que isso não é verdade, que o valor máximo é de R\$196,00 multiplicados por 3, totalizando R\$570,00 ou R\$580,00. Tenho muito respeito pelo jornal "Estado de Minas", mas fizeram matéria tendenciosa para o DNER, que está extinto e continua existindo. É a única coisa no mundo que foi extinta e que continua existindo: a bagunça chamada DNER. Dizem que a multa é acessível. Quem tem condições de pagar, por uma infração de trânsito, multa de R\$570,00? Esses radares ficam escondidos no meio do mato, pintados de cor escura, ferindo o Código Nacional de Trânsito, que diz que toda a sinalização tem de ser educativa. Para isso, teria de ficar à vista, não escondida no meio do mato. Além de ferir o CNT ainda fere a Constituição Federal que, em seu art. 5º, inciso LV, diz que todo cidadão brasileiro ou naturalizado no País tem o direito à defesa e ao contraditório. Mas recebemos em casa, pelo correio, uma boleta condenatória, no valor de R\$570,00, sem direito à defesa. Isso é ladroagem. O nosso direito de não sermos processados acabou. Ótimo. Somos cidadãos comuns, mas, sem medo de ser processado, digo que o DNER é bagunça generalizada e roubalheira no bolso do cidadão. Estão descumprindo a Constituição Federal e o Código Nacional de Trânsito. A Resolução nº 29 do Ministro da Justiça, do dia 26 de dezembro, um dia depois do Natal, diz claramente que os radares só poderiam funcionar com autoridade presente, ou seja, na rodovia federal, com a Polícia Rodoviária Federal, e, na rodovia estadual, com a Polícia Rodoviária Estadual. E o que estamos vendo? O cidadão comum que esconde o carro de um lado, senta-se numa cadeira de praia no meio do mato, lendo a "Playboy", e o radar escondido também. Então, gostaria de deixar registrada nesta Casa a minha admiração por ver um jornal de respeito como o "Estado de Minas" dar razão ao Ministério dos Transportes por estar descumprindo a Constituição e o Código Nacional de Trânsito. Enfim, dar razão a coisas erradas.

Lamento profundamente essa matéria de hoje que, além disso, me faz críticas. Não estou preocupado com isso, porque já me acostumei a críticas. Falo o que tenho vontade e estou vendo que está errado. Não tenho rabo preso com jornal nem com ninguém em Minas Gerais.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Parabeno-o pelo seu pronunciamento e reforço as suas palavras. Aliás, o DNER é um órgão que não tem poder investigatório. Não poderia multar nunca, porque é competência da Polícia Rodoviária Federal, de acordo com os códigos em vigor. Existe uma indústria atrás de tudo isso, enriquecendo terceiros, através de convênios feitos de forma que desconhecemos. Por tudo isso, é função nossa - e aí me como ao seu trabalho - defender todos aqueles que estão sendo multados de maneira irregular, com essa maneira desleal de deseducar o trânsito em nossas estradas. É lastimável que isso ainda esteja acontecendo, por mais que a Assembléia esteja insistindo nisso. Destaco, entre os Deputados, o seu trabalho.

Continuam como se fosse tudo normal. A multa deve ser dada após 20% além da velocidade estabelecida, mas, às vezes, mesmo com velocidade menor a multa está vindo. Então, é uma bagunça. É preciso que esses órgãos de trânsito, principalmente em nível federal, tomem o mais rapidamente possível as rédeas e regularizem dignamente, corretamente, dentro da Constituição e das normas legais, esse trânsito tão bagunçado, porque virou indústria de tomar dinheiro do cidadão, de maneira ilegal, desonesta e desleal.

O Deputado Alberto Bejani - Obrigado, Deputado Doutor Viana. Tenho a certeza de que a Justiça Federal e a Procuradoria da República trabalham com seriedade. Faço um apelo da tribuna desta Casa aos Srs. Procuradores da República, aos Srs. Juizes Federais, que têm poderes para mostrar a inconstitucionalidade desse ato abusivo de um contrato totalmente fora das regras da Lei nº 8.666, Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz que toda licitação de 100 a 1.000.000 de vezes tem de ter audiência pública. Essa licitação foi de R\$486.000.000,00 e não teve audiência pública. Já começa errado na nascente. Além disso, a Constituição no seu art. 5º, inciso LV, diz: "Todo cidadão brasileiro ou naturalizado no Brasil tem o direito da defesa e do contraditório". Isso não está sendo respeitado. E o Código Nacional de Trânsito diz no seu art. 22 que toda sinalização é educativa, só que está escondida no meio do mato, pintada de preto ou de azul-escuro, que fogem às cores permitidas no Código. Lamento. Já derrubamos mais de 200 mil multas por esses itens que foram colocados aqui. Falta um pouco de pulso da Justiça Federal para mostrar a inconstitucionalidade disso e cassar, de vez, esse abuso, esses caça-níqueis que temos nas estradas.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero também cumprimentá-lo, Deputado Bejani, e admirar a persistência de V. Exa., que propôs a Comissão Especial das Multas e, após o término dela, perseverou com o seu trabalho. Como V. Exa. mesmo disse, foram mais de 200 mil multas anuladas de forma justa. Isso é importante.

Para corroborar o seu pronunciamento, quero citar a estrada que liga Belo Horizonte a Montes Claros. De Montes Claros até o "trevão" que vai para Brasília, não existe estrada. Só há buraco, causando um prejuízo incalculável às pessoas que transitam por essas estradas. O motorista que sai do Norte para vir para a Capital, enfrentando 350km de buracos, quando pega um trecho razoável, que permite o tráfego normal de veículos, encontra seis radares. Ou o sujeito cai no buraco ou cai no radar. Ele tem o prejuízo do carro e é obrigado a pagar as multas pesadas, além de perder pontos na sua carteira de habilitação.

V. Exa. está de parabéns. É importante esse trabalho. A sua persistência vai fazer a justiça enxergar o que está acontecendo: há exploração do contribuinte motorista. Por isso mesmo, quero, além da minha admiração, trazer o meu incentivo para que possamos efetivamente transformar essa Comissão Especial em CPI, para sabermos para onde está indo o dinheiro do povo mineiro, para sabermos o que está acontecendo e denunciar o abuso em nosso Estado. Ao propor a CPI, conte com o meu total e irrestrito apoio, porque temos de dar um basta à exploração e ao abuso que está ocorrendo com os motoristas de Minas Gerais. Parabéns por seu trabalho e pronunciamento.

O Deputado Alberto Bejani - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta. V. Exa. tem toda a razão quando fala em criarmos uma CPI, porque ela pode quebrar o sigilo bancário e fiscal de alguns funcionários que se estão enriquecendo com o que está no bolso dos cidadãos de Minas Gerais.

Está no contrato assinado no Ministério dos Transportes com Rodovia, o consórcio dos radares, que cada radar tem garantido 100 multas por mês, haja ou não multa. Cada radar recebe, por mês, R\$5.550,00, que são multiplicados por 34 radares em Minas. Vejam o total desse dinheiro que é ganho por uma empresa da iniciativa privada. Três empresas formaram o Consórcio Rodovia. Isso é ladroagem, isso é assaltar o bolso do cidadão de Minas Gerais.

Falta também - desculpem-me da franqueza - pulso do Governador do Estado. Ele, como Governador, poderia dizer que não quer esses radares em Minas, e fim de papo. Isso foi feito no Espírito Santo. Mas aqui, não. O Governador de Minas prefere ficar brigando com o Governo Federal do que olhar as coisas necessárias em Minas Gerais.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Bejani, não tenho muita coisa a acrescentar ao que foi dito, mas quero parabenizar V. Exa. por esse esforço com relação aos radares, às multas, à operação caça-níqueis ou limpa-bolsos, que são um absurdo realmente. Se pelo menos a situação das nossas estradas fosse razoável, mas a conservação delas é deplorável, dando uma insegurança muito grande.

Portanto, queremos somar-nos a esse esforço de V. Exa. e protestar contra esse objetivo que está sendo delineado, que é exatamente arrecadar recursos. É um absurdo. V. Exa. disse muito bem que a multa é o lado educativo da questão e não pode ser usada para engordar orçamento, seja do Governo Municipal, seja do Estadual, seja do Federal. Ficam aqui os nossos protestos. Precisamos ter uma atitude mais dura na defesa dos cidadãos de Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte)\* - Deputado Alberto Bejani, cumprimento-o pela fala, garra e determinação em defesa do povo mineiro. Existe grande falta de respeito do Governo Federal para com o nosso povo. As rodovias estão intransitáveis, mas os radares - às escondidas - multam os motoristas. Mais uma vez, queremos cumprimentá-lo pela luta. Devemos lutar, mostrar ao Governo Federal e ao DNER que precisam melhorar as rodovias, porque o povo não agüenta mais, em pleno mês de junho, ter de enfrentar as estradas esburacadas. Cito

como exemplo a BR que liga Montes Claros a Belo Horizonte, praticamente intransitável. Parabéns, Deputado Alberto Bejani.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte)\* - Deputado Alberto Bejani, além de cumprimentá-lo pelo trabalho e pela luta, vou acrescentar um aspecto interessante: a multa deveria ter caráter pedagógico, ou seja, orientar e ensinar o motorista a não incorrer em falta, e não caráter meramente tributário, isto é, arrecadar de qualquer maneira.

O seu trabalho é elogiável e engrandece o nosso partido. É preciso, volto a dizer, que as três esferas do poder - Governos Federal, Estadual e Municipais - modifiquem a forma de punir, porque, como estão fazendo, o cidadão é condenado antes que possa se defender.

O Deputado Alberto Bejani - Muito obrigado, Deputado Sebastião Costa.

Defensores Públicos, Defensoria é sinônimo de ação social, de atendimento aos necessitados. Acredito, com todas as letras, que não haverá parlamentar que terá a coragem de dizer não à causa justa de vocês. Nesta Casa, já votamos projetos importantes, mas não tão importantes como esse. Parabenizo o Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, Vereador Isauro Calais, em virtude do trabalho que está fazendo em defesa daquele que defende o pobre, que está sendo massacrado pela justiça. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bené Guedes\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, prezados amigos da imprensa, saúdo os Defensores Públicos por meio do ilustre amigo e companheiro de partido, revelação da política mineira, Vereador Isauro Calais, Presidente da Câmara de Juiz de Fora, que, a exemplo do Deputado Alberto Bejani, meu dileto amigo da Zona da Mata, tem se esforçado e dedicado muito.

Nós, do PDT, estamos empenhados nessa causa justa, que dignifica e honra uma classe que precisa ser fortalecida em todos os sentidos, em benefício, sobretudo, daqueles menos favorecidos, que precisam de uma justiça ágil e dinâmica, e, por falta de condições, não têm como obtê-la.

Como já foi dito, a unanimidade é difícil, principalmente na política, mas ela tem e, às vezes, abre exceções. Tenho certeza de que este Plenário hoje estará repleto para dizer "sim" ao Projeto de Lei Complementar nº 50.

Quero também dizer da confiança, da esperança na sensibilidade do Governador Itamar Franco. Tão logo ocorra a aprovação desse importante e relevante projeto, que seja sancionado pelo eminente Governador, que fará um ato de justiça. Acreditamos na sua sensibilidade. Vocês não sairão frustrados quanto à aprovação desse projeto.

Quero agradecer a oportunidade de receber vocês, junto com meus colegas, o que, para nós, é motivo de muita alegria. A presença de vocês aqui nos dá força para votar com mais tranquilidade, com mais certeza.

Passo a fazer outras considerações. Para a minha cidade, Leopoldina, tivemos o privilégio, ainda na administração do Deputado Anderson Adauto, de levar a TV Assembléia, em 2000, se não me falha a memória. É uma TV que mostra o nosso trabalho e pela qual todos podem avaliar o que fazemos aqui. Leopoldina é uma das poucas cidades da Zona da Mata que têm a TV Assembléia, junto com Pirapetinga, também indicada por mim, e Muriaé, indicada pelo Deputado Cristiano Canêdo.

Infelizmente, só quando reclamo da tribuna e a Presidência da Casa aciona a Área de Comunicação, que aciona a Prefeitura, colocam a TV Assembléia no ar, em Leopoldina, por, no máximo, dois, três dias, e ponto final. Fico até constrangido de falar isso aqui, mas acho que outras cidades estão querendo a TV Assembléia. Peço, então, Sr. Presidente, que seja feita uma manifestação junto à Prefeitura Municipal de Leopoldina, para sabermos os motivos por que a TV Assembléia, que lá investiu R\$28.000,00, não é colocada no ar. Muito pelo contrário, sofre boicote; quero acreditar não seja do Sr. Prefeito, Dr. José Roberto, mas da parte de alguns de seus assessores, que não querem ver o trabalho deste Deputado.

Portanto, gostaria de pedir que esse convênio fosse até rescindido, dando oportunidade a outra cidade. Infelizmente, na minha, não estamos conseguindo esse objetivo, o que é lastimável, mas espero que seja tomada uma providência pela nossa Presidência, para que esse caso seja definitivamente resolvido.

Tenho audiência marcada com o Secretário Murílio Hingel e com os Prefeitos de Ervália, Santo Antônio do Aventureiro e Desterro do Melo, mas, dada a relevância desse projeto de lei complementar, não vou poder acompanhá-los, não vou poder sair daqui. Acho que é meu dever ficar aqui, com os senhores, e os Prefeitos já me liberaram desse compromisso, a quem agradeço a compreensão.

Recentemente, perdemos um amigo na cidade de Pirapetinga, Prefeito, por duas vezes, daquela cidade, um Prefeito extraordinário. Quero pedir vênia para ler uma mensagem que quero deixar transcrita nos anais da Casa. Ode a uma saudade. Ao amigo Osmino Ferreira Lima. Com toda a certeza, falar de uma pessoa do quilate de Osmino Ferreira Lima é muito fácil, pois foi um exemplo a ser seguido, como empresário, homem público, amigo, pai de família e, principalmente, como ser humano. Osmino teve sempre um lugar especial em nossa alma e nas relações de amizade que cultivamos. Foi um amigo leal e íntegro, solícito, companheiro e preocupado em ajudar.

Tivemos com Osmino Lima uma convivência maravilhosa, sadia e que gerou parceria política proveitosa para Pirapetinga. Porém, o destino nos tirou Osmino, que, agora, em um plano superior, estará olhando e zelando por todos nós, que precisamos continuar nosso caminho.

Um líder não se vai sem que deixe alguém com suas características, e Osmino Lima não fez diferente, deixou a representá-lo seus filhos Augusto César e Ana Luíza. Ele, com o "feeling" empresarial do pai, e ela com o carisma político que já demonstrou como Vereadora por Pirapetinga.

Só nos resta o conforto de saber que o nosso querido e saudoso Osmino está, com certeza, tranquilo e sereno ao lado do nosso Pai Supremo, como acontece com os homens de bem.

À D. Cirley, à Ana Luíza e ao Augusto César, à sua nora, aos seus netos e aos demais familiares, os agradecimentos e o reconhecimento de uma pessoa que será eternamente grata a Osmino Ferreira Lima. Hoje, uma saudade. Sensibilizado, seu amigo de sempre, Bené Guedes.

Para finalizar, quero agradecer ao Governo de Minas, em especial aos Secretários Marco Antônio e Henrique Hargreaves, por terem atendido a uma solicitação nossa e do Pe. Gabriel, quando foram liberados 7km de asfalto que ligam a Rio-Bahia ao Município de Santo Antônio do Aventureiro, do qual gostamos muito e onde fazemos política. Esse benefício é de grande relevância e queremos agradecê-lo publicamente.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Em primeiro lugar, quero parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento, dizendo que somos testemunhas do seu trabalho, esforço e empenho por todas as cidades, por toda a região que V. Exa. representa, e tão bem, nesta Casa. Quero, também, agradecer-lhe o aparte.

Quero me posicionar com relação a duas situações postas por V. Exa. A primeira é a respeito da TV Assembléia. Infelizmente, parece que não há acompanhamento, fiscalização por parte da TV Assembléia, porque em várias cidades acontece a sua instalação e, depois, não sabemos o motivo, a imagem não continua no ar. Lamentamos, porque o povo cobra e quer ver o trabalho do seu Deputado, na sua cidade. Fica aqui a mesma consideração, já feita por V. Exa., com as mesmas palavras, para a minha querida Curvelo, que também está fora do ar há muito tempo. Já apresentei várias solicitações à direção da TV Assembléia, mas ainda não houve solução. Fazemos coro com o pedido, para que haja, por parte da Presidência, da Mesa e da direção da TV esse acompanhamento para que esteja no ar, não só seja colocada numa cidade, mas que permaneça e continue. Mais importante do que se instalar é que permaneça no ar.

Em segundo lugar, inscrevi-me para falar, mas, pelo adiantado da hora, parece que não vai ser possível, já que serei o sétimo. Desde o início, quando se pensava em apresentar esse projeto, vínhamos acompanhando a direção da Defensoria Pública e discutíamos também com a Procuradoria do Estado os caminhos a seguir. O meu gabinete já estava trabalhando com algumas seções da OAB-MG. Temos participado efetivamente.

Tenho um pronunciamento a fazer - se houver tempo, o farei -, mas se não for possível, agradeço-lhe o tempo que V. Exa. me cede para aparte para manifestar também o completo, total e irrestrito apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 150, do qual participamos tão efetivamente. Srs. Defensores, tenham a certeza de que a causa é extremamente justa e chega de forma demorada. Hoje, a Assembléia vai começar a resgatar uma situação de injustiça. Tenho a certeza de que o Governador Itamar Franco vai referendar o que foi votado aqui com o total apoio de todos os Deputados da Casa. Muito obrigado.

O Deputado Bené Guedes\* - Agradeço as intervenções dos Deputados Doutor Viana e Dalmo Ribeiro Silva, porque são importantes. O Doutor Viana referendou a questão da TV Assembléia, realmente preocupação de todos nós. Agradeço a sua intervenção que valoriza o nosso pronunciamento. Faço minhas as palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, no que tange ao querido colega Dinis Pinheiro, que perde seu pai, perda irreparável. Que Deus o conforte e lhe dê forças e à família, para superarem essa dor. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ermano Batista\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, as galerias cheias de gente ávida de justiça representam o grito do cidadão marginalizado, porque, no processo de prestação jurisdicional que cabe ao Estado fazer em defesa do homem, se deu prioridade muito grande à sociedade, em prejuízo do cidadão que é a célula. O órgão encarregado de defender a sociedade, o Ministério Público, ficou devidamente armado com justiça; mas a Defensoria Pública ficou totalmente desarmada, precisando, realmente, receber um tratamento especial. Por essa razão, Sr. Presidente, a votação, na forma como está redigido, do Projeto de Lei Complementar nº 50/2002 é medida de justiça a que esta Casa não se pode furtar.

Mas, Sr. Presidente, uso esta tribuna também para falar sobre um procedimento predatório movido pelo Governo do Estado contra as universidades do Estado de Minas Gerais, as universidades públicas. Nos últimos dias, os jornais deram destaque à situação da UEMG e, por extensão, da UNIMONTES. As notícias dizem como o Governo Estadual deixa inacabado o projeto da UEMG, enquanto fundações privadas de ensino superior arrecadam até R\$47.000.000,00, atuando sob a chancela da UEMG e suprimindo uma função que deveria ser do Executivo.

Em outras palavras, o Estado abdica de ter uma verdadeira agência de desenvolvimento, em desvio que é reconhecido publicamente pelo próprio Secretário da Educação. O Prof. Murílio Hingel lembra o ilustre mestre da Universidade de São Paulo que é, em última análise, a grande responsável pelo desenvolvimento daquele Estado, já que é um "celeiro de talentos" - palavras dele. Mas Minas Gerais, segundo S.Exa., não tem condições financeiras para deslanchar projeto semelhante com a UEMG e suas afiliadas. Como resultado, fundações sediadas em várias cidades mineiras trabalham como se afiliadas fossem da UEMG, mas cobram de seus alunos mensalidades que chegam a R\$800,00.

É evidente que o sistema posto em prática é conveniente para o Estado e vantajoso para as fundações, mas quem perde é a sociedade mineira. A desistência do modelo da universidade pública, proposto pela própria Constituição Federal, encontra sérios e gabaritados críticos, tais como o Prof. Aluísio Pimenta, ex-Reitor da instituição, o qual vem declarar o seguinte: "O Governo deveria tirar a roupa do corpo para manter a UEMG e a UNIMONTES, mas não o faz. A crise do ensino superior é motivada por ter o setor privado tomado conta dele. Nem nos Estados Unidos o ensino universitário fica concentrado nas mãos da iniciativa privada. Lá, 77% das instituições são públicas, índice justamente inverso ao do Estado de Minas Gerais".

O desestímulo à universidade estadual vem de longe. Basta dizer que o custo anual da absorção das fundações do interior é de R\$70.000.000,00, dinheiro que sucessivos governos jamais destinaram ao órgão. Esse descaso acentuou-se na administração Itamar Franco: o Governador apresentou Ação Direta de Inconstitucionalidade, para eximir-se da obrigação de reservar recursos do orçamento para a UEMG e UNIMONTES, conforme Emenda à Constituição nº 47/2000, aprovada por esta Casa.

Há menos de três semanas, o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa ao Executivo mineiro, em base de liminar, em decisão que representa vitória para o Palácio da Liberdade, mas derrota para o povo de Minas Gerais.

Na verdade, a pouca ou nenhuma vontade do Governador de fazer os repasses à UEMG e à UNIMONTES vem muito antes de sua vitória na justiça. Basta examinar os números do orçamento de 2001 para constatar isso: no tocante à UEMG, o orçamento consignou créditos autorizados no total de R\$77.000.000,00, enquanto o total realizado não chega a R\$18.000.000,00; quanto à UNIMONTES, a verba orçamentária era de R\$80.900.000,00, enquanto foram realizados apenas R\$36.000.000,00.

O total não transferido àquelas instituições é, portanto, superior a 100 milhões. Isso significa que o Executivo - muito antes de ser acolhida a ADIN - já havia deixado de efetuar os repasses.

É difícil compreender os argumentos invocados pelo Governo mineiro para fundamentar a ADIN. Alega ele que tanto a UEMG quanto a UNIMONTES recebem, no mínimo, 2% da receita orçamentária anual do Estado, valores que são repassados em parcelas mensais equivalentes a 1/12 do total a ser destinado durante o exercício. Ora, como vimos pelos números do orçamento de 2001, tal não aconteceu nesse ano.

Em vista do exposto, estamos diante de uma situação que demanda urgente posicionamento por parte desta Assembléia. A UEMG e suas afiliadas são hoje um misto de instituição pública e privada, desobrigando o Executivo do que lhe cabe, privilegiando entidades particulares e causando prejuízo ao povo.

De outro lado, o Governador declara em juízo estar destinando 2% do orçamento a essas instituições, o que não se comprova pelos números realizados em 2001. É necessário, portanto, que S. Exa. e seus Secretários esclareçam a este Legislativo o porquê da discrepância.

Nesse sentido, estamos encaminhando requerimento à Presidência da Casa, para que proceda ao respectivo pedido de informações. Em base de rigor, deveríamos exigir que essas informações incluíssem também o destino pretendido pelo Governador para a UEMG, a UNIMONTES e afiliadas. Afinal, parece-nos que o modelo originalmente proposto para as entidades está na berlinda, configurando potencial e considerável perda para o ensino superior em Minas Gerais. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, saúdo todos os Defensores que comparecem a esta Casa do povo, na pessoa do Dr. Leopoldo Portela, Presidente de associação tão importante para Minas e para o Brasil. Não usarei todo o meu tempo, em respeito àqueles que aguardam o início dessa importante votação.

Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de dizer ao meus pares que, como é de costume, sempre trago anotações para que a memória não me traia. Mas, neste momento, farei diferente: quero falar aos meus colegas, de coração, da minha trajetória como advogado no Sul de Minas, da minha vida no escritório de advocacia, juntamente com meu pai e meu tio, de saudosas memórias, quando estávamos, na minha querida Ouro Fino, sempre prontos a defender os legítimos interesses dos mais necessitados. Participamos de inúmeras defesas e jamais, durante três décadas, furtamo-nos da nomeação pelo próprio Presidente da OAB, como também do Juiz da Comarca de Ouro Fino e da nossa região. Estou em meu primeiro mandato nesta Assembléia, o que muito me honra e me conforta, e vejo, neste final de mandato, o nosso sonho, o nosso projeto vir para a votação em 1º turno.

Quero dizer a todos os Defensores e Defensoras que o Estado tem uma dívida muito grande com todos vocês. Essa dívida de gratidão é impagável, porque silenciosamente vocês souberam suportar os anos para a chegada desse grande momento histórico para o Estado de Minas. Quero saudá-los com o peito cheio de alegria, e orgulhoso desse momento. Votaremos no 1º turno, no 2º turno e vamos, com certeza, acompanhar a sanção, para resgatar um sentimento, a dignidade do povo de Minas Gerais. Esse é o nosso grande momento, talvez um dos mais importantes e abençoados desta Casa.

Importante em decorrência do que este PLC representa para a sociedade e abençoado por vocês que vieram de tantas paragens. Somente aquele que já esteve nas lides forenses como eu e acompanhou-as, no dia-a-dia, conhece as dificuldades processuais para resgatar acima de tudo o direito à própria liberdade. Hoje essa liberdade está resgatando o que há de mais sagrado - a Constituição -, e dizemos a todos que Minas Gerais muito lhes deve. Temos certeza de que a Assembléia Legislativa estará presente como sempre, garantindo o direito de todos.

O Deputado Doutor Viana\* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Defensores Públicos, esta Assembléia vive momento histórico com a votação do Projeto de Lei Complementar nº 50/2002, que organiza a Defensoria Pública do Estado, define a sua competência e dispõe sobre a carreira de Defensor Público.

Sinto-me comprometido com essa luta, antiga aspiração dos Defensores Públicos mineiros, pois tive o privilégio de me alinhar nessa fileira ao lado da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais.

Solicitado pela laboriosa Diretoria, acompanhei as negociações que antecederam a remessa pelo Executivo a esta Casa do Projeto de Lei Complementar ora apreciado. Foram gestões exaustivas e persistentes, inclusive junto à Procuradoria-Geral do Estado, onde estive pessoalmente, em companhia dos diretores da sua associação. Sensível à urgência e à legitimidade da causa, o Executivo encaminhou o projeto, que foi publicado em 10 de janeiro próximo passado.

Acompanhei, então, com empenho e real interesse, a tramitação do projeto de lei complementar, tendo recebido e respondido inúmeras solicitações enviadas ao meu gabinete por vários grupos de defensores e por diversas subseções da Ordem dos Advogados do Brasil em Minas Gerais.

Quero, neste momento, trazer meu testemunho emocionado sobre a atuação desses valorosos defensores da cidadania, que, com seu trabalho abnegado, proporcionam o indispensável acesso democrático à justiça. Conheço as dificuldades que envolvem o seu exercício profissional, especialmente nas comarcas mais distantes, algumas delas não providas dos recursos materiais para o atendimento.

Não são raros os casos em que os próprios Defensores se comovem com a total carência de recursos dos seus assistidos e acabam por custear, às próprias expensas, as despesas com cópias de documentos, reconhecimento de firmas e até com passagem de ônibus para os seus patrocinados.

O desprendimento desses Defensores ainda vai além: são noites sem dormir, debruçados em pilhas de processos, é a angústia de querer amparar os direitos brutalmente postergados, é o desgaste das horas e horas de embates ao Tribunal do Júri, após longo preparo das linhas de defesa, é o exercício da árdua missão de se interpor entre a letra implacável da lei e o cidadão desvalido que tenta exercer a cidadania e resgatar a sua dignidade, é o ato de coragem de se colocar à frente do pobre, do analfabeto, daquele que busca na justiça o seu último recurso, e de protegê-lo da discriminação, da desigualdade, da injustiça e do desrespeito; é a prática do preceito legado pelo grande Rui Barbosa: "Onde houver um grão que seja de verdadeiro Direito, não regatear ao atribulado o consolo do amparo judicial".

O reconhecimento e a valorização do Defensor Público, com a aprovação dessa lei orgânica, é imperativo de justiça e cumprimento do preceito constitucional.

É preciso garantir a estruturação da carreira, a autonomia administrativa e financeira, nos moldes do Ministério Público, e os direitos e vantagens inerentes à função.

Estou certo de que a aprovação, se possível unânime, do Projeto de Lei Complementar nº 50, demonstrará a sintonia desta Casa com as mais justas aspirações do povo mineiro e o aval entusiasmado ao trabalho altruísta e relevante, para o nosso povo e para o ideal democrático, desses valorosos Defensores Públicos de Minas Gerais.

A Deputada Elaine Matozinhos (em aparte) - Deputado Doutor Viana, parabenezo-o pela sua fala. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva trouxe a sua experiência pessoal no trato com a questão da justiça, o compromisso e o grande trabalho dos nossos Defensores.

Conheço muito bem a Defensoria, porque, na Delegacia de Mulheres, há um posto da Defensoria Pública cujas Defensoras, que aqui estão, a Dra. Umbelina e a Dra. Maria Helena, ex-funcionárias da MinasCaixa - pela qual V. Exa. muito trabalhou para que fosse feita justiça aos seus ex-funcionários -, atendiam a mais de 60 mulheres por dia, recebendo salário de R\$300,00. Esta Casa, no mandato passado, fez justiça a esses profissionais da Defensoria Pública. Hoje, desejamos que esse quadro suplementar esteja consagrado na Lei Orgânica da Defensoria Pública.

Da mesma forma, é preciso que os nossos Assistentes Jurídicos Penitenciários também estejam nessa lei orgânica.



Esta Casa fará justiça aos profissionais da Justiça que, ao longo do tempo, foram os grandes injustiçados. Sabemos disso. Tenho a certeza de que todos nós, Deputados, envidaremos esforços para consagrar uma lei orgânica dentro da magnitude do grande trabalho, da grande responsabilidade de cada Defensor Público. Muito obrigada.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)\* - Caro Deputado Doutor Viana, cumprimento-o pelo pronunciamento e a todos que participaram desse projeto, como o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Trata-se de iniciativa de caráter suprapartidário. (- Palmas.)

Esta Assembléia tem a grandeza de perceber aqueles projetos que efetivamente têm grande alcance e interesse social. O compromisso da Bancada do PSDB é antigo. Vem desde o tempo do Governo Eduardo Azeredo, que soube fazer justiça à categoria dos Defensores Públicos de Minas Gerais.

Cumprimento a todos e lembro que, no novo Programa Nacional de Direitos Humanos, anunciado pelo Presidente no dia 13 de maio, no capítulo de direito à justiça, existe referência específica à valorização da Defensoria Pública no Brasil. É uma questão de justiça social. Portanto, os meus cumprimentos, sobretudo à categoria, que mostrou enorme capacidade de mobilização e hoje está vendo o resultado dela. Meus parabéns a todos.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço o aparte do Deputado Amílcar Martins. Às vezes, a Justiça tarda, mas não falha. A vocês que ajudaram e continuarão ajudando no cumprimento da Justiça em nosso Estado, chegou a vez de serem justificados. É questão de honra para todos nós. Agradecemos a todos os Defensores, que, ao longo desses tantos anos, doaram de si em benefício de tantos desvalidos que precisaram dos seus trabalhos.

Quero ainda dizer que a Assembléia está colocando, no Projeto de Lei Complementar nº 50, um artigo extremamente importante: à medida que forem sendo criadas outras varas na Justiça, deverão ser admitidos novos Defensores Públicos, para cobrir dignamente a assistência a essas novas varas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em poucos instantes, com certeza, referendaremos do Executivo esse projeto, que vai resgatar a dignidade e a Justiça para a Defensoria Pública de Minas Gerais. Muito obrigado e parabéns para vocês.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, vibrantes integrantes das galerias, ratificamos a posição do PSDB, integralmente favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 50, na forma em que se encontra para votação.

Registrarei dois ângulos importantes desse projeto: o primeiro é a questão jurídica e constitucional. A Assembléia, por meio dessa votação, resgata uma imposição da Constituição Federal. Estamos regulamentando o que a Constituição já diz desde 1988: "A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados". Diz ainda: "Lei complementar organizará a Defensoria Pública e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos".

O que fazemos é apenas regulamentar o que a Constituição já determinava. O Governo passado encaminhou um projeto a esta Casa, e as discussões avançaram. Infelizmente, o novo Governo retirou a proposta e demorou todo esse tempo para que voltasse. Felizmente, a tramitação foi rápida, e encontramos-nos na hora da votação. Não se preocupe, Deputado Durval Ângelo, os parlamentares encontram-se cientes do apoio e votarão a favor do projeto.

Um outro aspecto precisa ser destacado. A Assembléia acabou de votar a criação da Comissão de Segurança Pública. E não se pode discutir violência e segurança, sem dar o devido destaque ao trabalho valoroso da Defensoria Pública. Sem uma Defensoria Pública estruturada e organizada, para que a população mais carente tenha acesso à justiça, o sistema jurídico do País fica falido, e o povo perde a confiança nas leis, partindo para a violência. E quem representa o povo carente perante a justiça, defendendo o seu direito, são esses cidadãos valorosos, os Defensores Públicos.

Votaremos a favor, porque é um dever desta Casa regulamentar a Constituição, e o País discute a grave questão da segurança. Alertamos a todos, dizendo-lhes que essa votação é um avanço extraordinário, mas os senhores precisam estar vigilantes, pois, de uma primeira para uma segunda votação, muita coisa pode acontecer, pressões podem surgir, e o projeto pode ser modificado. Estejam vigilantes. Após a votação, há a sanção do Governador, que poderá vetar, como já o fez com outros projetos aprovados por unanimidade nesta Casa. Tenham o nosso apoio. Sigam em frente. Lutem, porque nada mais estão fazendo do que reivindicar não favores, mas direitos consagrados pela Constituição. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de avisar às galerias que, apesar de dispor de 60 minutos, utilizarei, no máximo, 5 minutos, para agilizar a votação. Como Líder do PSB, devo ocupar esta tribuna para dizer do exemplo que já demos no Rio de Janeiro em relação à Defensoria Pública. O PSB, no Rio de Janeiro, definiu que quem defende não pode ganhar menos do que aquele que acusa. Isso é questão de justiça social, porque aquele que acusa está, hoje, muito bem preparado e ganha o suficiente para desempenhar com dignidade o seu trabalho. Mas a Defensoria Pública, que defende o pobre, é relegada ao quarto plano; não tem reconhecidos seu papel, sua dignidade, na sua função. No Rio de Janeiro, que tem a melhor Defensoria Pública do País, o Governador Antony Garotinho definiu que ela ganha igual e tem o mesmo apoio que tem o Ministério Público. A Defensoria Pública defende os pobres, porque os ricos não precisam dela, têm dinheiro para contratar os melhores escritórios de advocacia.

Essa é reivindicação justa, e o PSB estará fechado votando a favor da aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 50. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Anderson Aduato - Sr. Presidente, Srs. Deputados, percebendo a ansiedade das galerias, gostaria de dizer que cada Deputado dispõe de 60 minutos para discutir, mas não utilizarei todo o tempo. Acredito que algumas coisas devem ser ditas. A primeira é com relação ao novo modelo que queremos para o Brasil. Tivemos, num primeiro momento, a tese de um Estado interventor, inclusive na economia. E essa tese está falida. Faliu porque não podemos ter um modelo político em que o Estado nivela todos os seres humanos como iguais. Não somos iguais, somos semelhantes. E há a pretensão de o Estado transformar pessoas semelhantes em iguais e depois colocar o Estado cuidando de todas as pessoas. É óbvio que esse modelo não poderia dar certo, como não deu na Rússia, no Leste Europeu.

Para toda ação, há reação. Após a queda do Muro de Berlim e o fracasso das teses e dos países comunistas, dessa utopia maravilhosa, mas impossível de atingir, tivemos outro momento: a reação do capitalismo em sua essência mais pura, violenta e selvagem: o neoliberalismo, a nova onda liberal, que prega exatamente o fim do Estado, a não-intervenção do Estado em nenhuma das situações.

Fiz questão de ocupar esta tribuna exatamente porque esse projeto de lei complementar, de autoria do Governador, foi ampliado e melhorado nesta Casa por um Deputado do Partido Liberal, o Deputado Eduardo Brandão. Venho, hoje, em nome do PL, fazer a defesa não apenas deste projeto na forma discutida e aprovada no parecer do Deputado Eduardo Brandão, mas também de um novo momento, pois acredito que o País terá alternância de poder. A partir de janeiro do ano que vem, conheceremos nova lógica de poder, de Estado, já que este País será governado pelo PT, tendo, na Presidência, o Sr. Lula da Silva. Segundo essa nova lógica, teremos um Estado cuja concepção será muito mais abrangente, e os que dele precisam terão sua atenção.

Esse projeto de lei atende ao novo momento que o País passará a viver a partir de janeiro, uma vez que temos de dar condições àqueles que não têm acesso a nada, principalmente à justiça, tão necessária. O Projeto de Lei Complementar nº 50 atende ao Brasil de hoje e atenderá ao de amanhã, caso o Sr. Fernando Henrique Cardoso não consiga fazer seu sucessor.

Srs. Deputados e galerias, em nome dos Deputados do PL, quero dizer que estamos de acordo não apenas com o Projeto de Lei Complementar nº 50, mas também com as modificações elaboradas neste parlamento por um amigo e companheiro, o Deputado Eduardo Brandão.

Nesse sentido, faço novo apelo aos Defensores Públicos. Paralelamente ao projeto, esta Casa, por meio de seu Presidente, Deputado Antônio Júlio, determinou que déssimos continuidade a outro assunto de extrema necessidade para a sociedade mineira: a segurança pública, que precisa de modificações. Precisamos de um comando único, pois Minas deve conhecer o responsável direto pela segurança.

Precisamos também da participação dos Defensores Públicos, principalmente dos da área criminal. É importante que os Defensores que aqui estão, preocupados com o projeto, possam nos ajudar a desenvolver um novo modelo de segurança pública para Minas Gerais.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, solicito o apoio e o voto dos senhores para o Projeto de Lei Complementar nº 50, na forma em que saiu da última Comissão em que foi votado, com todas as emendas e modificações apresentadas por este parlamento. Muito obrigado.

## RELATÓRIO

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (\*)

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

JANEIRO/2002 A ABRIL/2002

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA	
	jan a abr/2002	mai/2001 a abr/2002
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	40.165.119,63	148.449.956,56
Pessoal Ativo	48.414.744,09	169.211.993,67
Pessoal Inativo e Pensionista	28.677.266,82	92.042.063,21
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	36.926.891,28	112.804.100,32
(-) Precatórios (Sent.Judiciais), ref.a Período Anterior ao de Apuração	47.887,95	47.887,95
(-) Inativos com Recursos Vinculados(**)	777.864,97	2.533.059,58
(-) Despesas Indenizatórias	3.787.959,80	6.459.369,39
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	30.000,00	0,00
(-) Pensionistas (*)	422.404,84	1.456.222,41
(-) Cont.Previdenciária do Segurado(**)	3.605.911,74	11.721.720,19

(-) Inativos Inst.Normativa 05/01 TCE/MG(***)	28.254.861,98	90.585.840,80
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art. 18, § 1º da LRF) (II)		
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)	40.165.119,63	148.449.956,56
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	3.802.392.898,48	11.542.370.415,59
% DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL	1,0563%	1,2861%
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 2,1147%	80.409.202,62	244.086.507,18
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - 2,226%	84.641.265,92	256.933.165,45
LIMITE LEGAL (incisos I, II, III, art. 20 da LRF) - 2,226%	84.641.265,92	256.933.165,45

(\*) Em conformidade com a Instrução nº 1/2001, de 18/4/2001, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, publicada no "Minas Gerais" de 21/4/2001.

(\*\*) Conforme disposto na Lei nº 12.329/96, modificada pela Lei nº 13.441/00

(\*\*\*) Em conformidade com a Instrução Normativa nº 5/2001, de 19/12/2001, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Obs.: Mantendo-se os dispositivos da Instrução Normativa 1/2001, os percentuais da Despesa Líquida de Pessoal ficariam em 2,0709% para os últimos 12 meses e 1,7994% para o quadrimestre de janeiro a abril de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente - Ivo José, 2º-Vice-Presidente - Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente - Mauri Torres, 1º-Secretário - Wanderley Ávila, 2º-Secretário - Álvaro Antônio, 3º-Secretário.

João Franco Filho, Diretor-Geral - Leonardo Claudino Graça Boechat, Diretor de Planejamento e Finanças - Valter Morato Barcelos, Gerente-Geral de Finanças e Contabilidade.

(\*) - Republicado em virtude de incorreção na publicação do dia 30/5/2002.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 11/6/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.291, 2.293, 2.305, de 2002, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Fábio Avelar

exonerando Anderson Vieira Fádel do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Wilson Francisco de Oliveira para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Geraldo Rezende

nomeando André Rios para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Miguel Martini

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 8/6/2002, que nomeou Inez Maria de Assis Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

exonerando Alessandra Maria Arci do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Alessandra Maria Arci para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Inez Maria de Assis Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2002

CONVITE Nº 20/2002

Objeto: contratação de empresa para a execução de 18 impressões digitais a cores, em "plotters" jato de tinta, com resolução real de 1200 dpi, para local interno provido de ar condicionado e iluminação artificial (estúdio de TV). Licitante vencedora: Plotacad Editoração Gráfica Ltda.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Telemig Celular S.A. Objeto: prestação de serviços de telefonia móvel celular. Objeto do aditamento: Prorrogação e ampliação do objeto contratual. Vigência: 12 meses a contar de 1º/8/2002. Dotação orçamentária: 01.031.101.4-123.0001 33903900.